



### Nota de abertura

Aberta por S.E. o Senhor Presidente da República, Dr. Jorge Carlos de Almeida Fonseca, a cidade da Praia acolheu de 24 a 26 de Outubro a VII.ª Assembleia Geral dos Tribunais de Contas da CPLP. A mesma foi precedida de uma reunião da equipa técnica nos dias 22 e 23 de Outubro, seguida de uma outra do Conselho Diretivo, presidida pelo Presidente do Tribunal de Contas de Cabo Verde, Dr. José Carlos da Luz Delgado e que teve como objetivo fixar a agenda do órgão supremo da organização.

Este encontro cimeiro da Praia teve como pontos de destaque a adesão da Câmara de Contas de Timor Leste como membro de pleno direito da organização, o Plano Estratégico 2012-2016, as finanças da organização, a marcação do terceiro seminário dos Tribunais membros e que se vai realizar em São Tomé e Príncipe em 2013, bem como escolha da sede da VIII.ª Assembleia Geral que terá lugar em Brasília em 2014. Foram ainda objeto de apreciação da Assembleia Geral os relatórios de atividades do Centro de Estudos e Formação (TC Portugal) e da Secretaria-geral da organização abrangendo o período de outubro de 2010 a Setembro de 2012.

Analisou-se também a auditoria realizada às contas do Secretariado Executivo da CPLP exercício 2011, a cargo dos Tribunais de Contas de Angola e de Moçambique, tendo-se adotado o ante-projecto de metodologia para as auditorias futuras.

A antecedente a reunião deliberativa foi proferida uma palestra pelo Professor José Pina Delgado intitulada «A importância do Tribunal de Contas na Consolidação do Estado de Direito, do Estado Democrático, do Estado Social e da República».

Das conclusões e recomendações da referida reunião importa salientar a aprovação, entre outros pontos, da Declaração da Praia, de uma moção de louvor ao Secretário Geral da OISC da CPLP, Ministro Luciano Brandão Alves Souza, e de uma outra de agradecimento por este dirigida à Assembleia Geral e em que manifesta a sua satisfação pelo reconhecimento dos Presidentes dos Tribunais de Contas da Organização, pelo trabalho que vem desenvolvendo.

A direcção

### Avaliação do Plano Estratégico da Organização 2011-2016

A VII Assembleia Geral dos Tribunais de Contas da CPLP foi antecedida do encontro de uma equipa técnica para se fazer a avaliação e o acompanhamento do Plano Estratégico ISC/CPLP 2011/2016.



Os resultados desta avaliação, que consistiu em fazer uma radiografia de todas as ações contidas no plano, tinha como objetivo saber quais os projetos cumpridos, até agora, e qual a percentagem da sua execução.

De acordo com Valeria Ribeiro, Diretora de Planeamento e Gestão do Tribunal de Contas da União-Brasil, 78% das atividades contidas no Plano de Acção Estratégico ISC/ CPLP foi cumprido.

### Principais resultados do Plano de Acção Estratégico

Os resultados do Plano de Acção Estratégico ISC/CPLP são globalmente positivos, considerou por sua vez a Auditora Coordenadora de Portugal Eleonora de Almeida, dado que os Tribunais de Contas dos países africanos de expressão portuguesa souberam tirar proveito sobretudo dos cursos de capacitação, oferecidos por Brasil e Portugal.

A melhoria do sítio do OISC/ CPLP na internet, a publicação do relatório dos centros de estudos por esta via, a execução de programas de estágio e visitas de estudo nas áreas de interesse dos Tribunais Membros, em que muitos auditores foram tanto para o Brasil como Portugal, estão entre as ações materializadas, durante o último ano.

O sistema de cobrança das quotas anuais dos Tribunais Membros, sobre a responsabilidade de Cabo Verde, teve também 100% de execução. No documento apresentado pela Directora dos Serviços Administrativos e Financeiros Auditora Principal de Cabo Verde Rosa Iolanda Fortes ficou-se a saber que todos os países, com a exceção da Guiné Bissau, têm as suas quotas regularizadas encontrando-se também em dia da OISC/CPLP como membro associado junto da INTOSAI.

### Reunião do Conselho Diretivo Uma organização com Vida Ativa

Integrado pelos Tribunais membros de Brasil, Cabo Verde e Portugal, a reunião do Conselho Diretivo realizada no dia 24 de Outubro aprovou a agenda a ser submetida à reunião deliberativa e apreciou as matérias que foram objecto de análise da equipa técnica.



Presidida pelo Presidente do Tribunal de Contas de Cabo Verde, José Carlos Delgado este órgão considerou positiva a realização em 78% do Plano de Acção Estratégico ISC/ CPLP, sobretudo porque muitos dos projetos vão ser ainda completados até Dezembro.

O Presidente da reunião do Conselho Directivo disse, na ocasião não ter dúvidas de que a conclusão que se podia tirar da avaliação em causa era de que se tratava de uma organização que se estava a consolidar, pois que ao se alcançar 78% de execução do mesmo, tal constituía um indicador do incremento das actividades que a mesma vem desenvolvendo.

### Abertura da VII Assembleia Geral das ISC - Instituições Supremas de Controlo da CPLP

O salão de banquetes da Assembleia Nacional esteve repleto de participantes e convidados para a sessão solene de abertura da VII Assembleia Geral das ISC - Instituições Superiores de Contas da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.



Usou em primeiro lugar da palavra o Presidente do Tribunal de Contas de Cabo Verde, José Carlos Delgado, que, após saudar os presentes, expressou a importância para os tempos que correm desta VII.ª Assembleia Geral que se realiza passados 17 anos do primeiro encontro, que teve lugar em Lisboa em Julho de 1995.

Por outro lado reafirmou a necessidade de um normativo legal que atualize as competências do Tribunal de Contas de Cabo Verde. Tal desiderato tem como objetivo abranger os critérios de economicidade, produtividade e conveniência da administração de modo a se poder enfrentar os desafios que os tempos atuais nos impõem e responder aos anseios das instituições sujeitas ao seu controlo e da sociedade.

O Presidente da República começou por chamar a atenção para o relacionamento entre agentes políticos e económicos, em que, muitas vezes, estes últimos chegam a ter capacidade para influenciar ou mesmo determinar resultados eleitorais.

Entende que esse tipo de relação explica certos atropelos que ocorrem “nos concursos públicos, o não cumprimento de cláusulas contratuais, aumentos exorbitantes dos custos de muitos projetos financiados com o erário público...”

Neste sentido não tem dúvidas que o Tribunal de Contas ocupa lugar de destaque em racionalizar a utilização dos recursos públicos e que os desvios não sejam tolerados assim como um papel pedagógico para permitir aos cidadãos acreditarem no “valor das leis e que o Estado é uma pessoa de bem.”

Jorge Carlos Fonseca chamou ainda a atenção para necessidade de se fazer uma reflexão a cerca da imagem que os cidadãos tem dos Tribunais de Contas, identificando-os, muitas vezes, “como um empecilho, uma estrutura burocrática” ou apelidando-os de “Força de Bloqueio”

No caso específico de Cabo Verde Jorge Carlos Fonseca apontou, na ocasião, obsolescência da legislação como “a maior limitação” do Tribunal de Contas do país.

Reconhecendo que razões diversas impedem a atualização dessa legislação, Jorge Carlos Fonseca, entende que a dinâmica das sociedades atuais não se compadece com esta realidade, não se justificando, portanto, a continuação desta situação.

### Palestra proferida pelo Professor José Pina Delgado, por ocasião da VII Assembleia Geral das ISC-CPLP.

“A importância do Tribunal de Contas na consolidação do Estado de Direito Democrático, do Estado Social e da República.”

O objeto central da palestra do Professor José Pina Delgado foi identificar o papel dos Tribunais de Contas nas modernas Repúblicas Sociais de Direito Democrático.

O palestrante defendeu que a “questão do controlo financeiro ocupa um papel central, precisamente porque ela decorre da possibilidade de intervenção do Estado sobre a propriedade e em alguns casos sobre a liberdade das pessoas”.

Em relação ao caso concreto de Cabo Verde, o Professor de Direito do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais- ISCJS-, defendeu a necessidade do reforço do poder de fiscalização do Tribunal de Contas dentro do permitido pelo Estado Democrático e Republicano. José Pina Delgado está confiante que com a alteração da lei de 1993, a espera de discussão e aprovação no Parlamento vão-se ...“expandir” as competências deste órgão que passará a ter possibilidade de entrar e garantir a fiscalização financeira em certas áreas que não tinha nem possibilidade e nem acesso anteriormente.

### Encerramento dos trabalhos da Assembleia Geral aprovação da Declaração da Praia.

Os trabalhos da VIIª Assembleia Geral foram encerrados por S. E. o Sr. Primeiro Ministro, Dr. José Maria Neves.

A antecedente o discurso de encerramento do Chefe do Governo, foi lida a Declaração da Praia, documento que explana as recomendações e as conclusões saídas, dos 2 dias, do debate, decorrido sob o lema “as melhores práticas de auditorias adotadas pelas ISC da CPLP.

A ocasião foi também para uma moção de louvor ao Secretário-geral da OISC CPLP, pela forma empenhada como vem desenvolvendo as suas funções e em consequência uma de agradecimento deste à Assembleia Geral.



O Presidente do Tribunal de Contas de Cabo Verde no seu discurso de encerramento realçou que foram dias de trabalho e de debate intensos cujas conclusões e recomendações, estava certo, iriam assumir especial relevância para o futuro das nossas instituições.

Regozijou-se com os principais resultados conseguidos e traduzidos nas decisões tomadas nesta VII.ª Assembleia Geral, tendo considerado que as mesmas iriam ter um grande impacto no desenvolvimento futuro de todos os Tribunais membros.

Aproveitou a ocasião para se referir à lei que rege atualmente o Tribunal de Contas de Cabo Verde, apelando ao Senhor Primeiro Ministro para que decorridos 19 anos da vigência da mesma se implemente novo normativo legal para reger a instituição de contas de Cabo Verde, de forma a se dotar este órgão de um enquadramento legal adequado às necessidades dos jurisdicionados e da sociedade, de forma a melhor contribuir para que a boa governação em Cabo Verde seja cada vez mais sólida, o que todos almejam.

Encerrando a cerimónia, o Primeiro Ministro José Maria Neves defendeu a aprovação de uma nova lei de organização e funcionamento do Tribunal de Contas com vista à sua modernização e melhor controlo das despesas públicas. O chefe do Governo cabo-verdiano explicou que o reordenamento legislativo do Tribunal de Contas é necessário para aumentar o seu “índice de tecnicidade e de capacitação para dar respostas mais exequíveis às demandas mais exigentes”.



Neste sentido, José Maria Neves corrobora da ideia de que, para o controlo externo das contas públicas seja efetivo e mais qualificado, é necessário a aprovação de uma nova lei para substituir a legislação aprovada em 1993.

“Temos de continuar a prestar muita atenção às contas do Estado. É fundamental que o Tribunal de Contas aperfeiçoe os seus mecanismos de análise, de modo a melhorar o seu auxílio ao parlamento na análise minuciosa e rigorosa das Contas do Estado”, rematou o Primeiro Ministro.